

Pontes para a igualdade: ferramentas para apoiar a presença feminina na agroecologia.

Bridges to equality: tools to support women in agroecology.

MARTINS, Gláucia Silva¹; SOUSA, Thatyane Pereira de²

¹ Discente CCA/UEMASUL, glauciamartins.20190003224@uemasul.edu.br; ² Docente CCA/UEMASUL, thatyane.sousa@uemasul.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Gênero, Feminismo e Diversidades na Construção Agroecológica

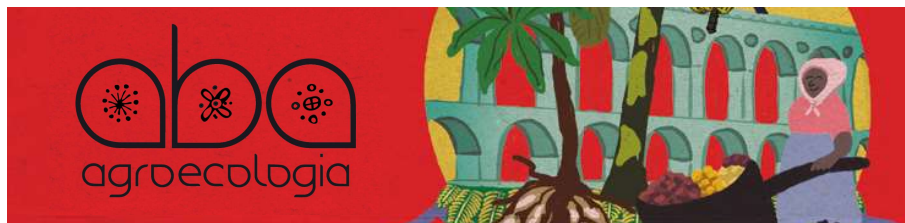
Resumo: A agroecologia possui o importante papel de valorizar a diversidade dos conhecimentos e práticas agrícolas inseridas como parte constituinte da sociedade. Nesse sentido, este trabalho constitui-se em uma observação a respeito da importância de iniciativas da sociedade civil que possuam como propósito o estímulo da atuação das mulheres nos campos da agroecologia, avaliando sua eficácia e contribuições para a crescente luta em benefício de superar as diferenças de gênero no meio rural. Tais conhecimentos foram obtidos e produzidos por meio de uma profunda pesquisa bibliográfica que tornou possível reconhecer a importância de ferramentas sociais no fortalecimento da atuação feminina no campo, dando espaço para uma demonstração de força e total capacidade em exercer funções de gerenciamento, trabalhos físicos, administração financeira, gestão de pessoas e outros aspectos que até o presente momento são predominantemente atribuídos ao saber masculino.

Palavras-chave: agricultura familiar; autonomia feminina; rural; protagonismo; construção social.

Introdução

Ao analisar as produções científicas se torna evidente a importância da formação da agroecologia, que Altieri (1989) define como uma ciência emergente buscando integrar conhecimentos científicos, saberes populares e práticas tradicionais afim de produzir os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, sejam eles de preservação dos recursos naturais ou de produção, que sejam importantes para a cultura, justos com a sociedade e viáveis no espectro econômico, deste modo proporcionando um biosistema sustentável. A ótica agroecológica da produção procura elaborar ecossistemas com uma necessidade mínima de materiais agroquímicos e energéticos externos.

Conforme proposto por Rosset e Altieri (2017), a agroecologia se expressa no Brasil por meio da agricultura familiar, certificação orgânica, feiras agroecológicas e circuitos curtos de comercialização, agricultura urbana e periurbana, sistemas agroflorestais e resgate de conhecimentos tradicionais. A partir disso é possível citar como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), movimentos que defendem a



agroecologia tradicional como uma alternativa ao agronegócio convencional, buscando soberania alimentar, acesso à terra e aos recursos naturais, manejo integrado de pragas, utilização de sistemas agroflorestais (SAFs) e disseminação de conhecimentos agroecológicos entre os agricultores.

Nessa perspectiva, a participação das mulheres na agroecologia se mostra cada vez mais como um fator primordial para o estímulo à transformação e resistência que rompem com as atuais estruturas delimitadas pelo protagonismo da figura masculina no meio rural, isso é possível utilizando ferramentas agroecológicas que resgatam conhecimentos tradicionais que são aplicados à agricultura familiar e produção comunitária. Tais técnicas são baseadas na preservação da biodiversidade buscando minimizar o uso de agrotóxicos e promover a integridade dos recursos naturais. Esse fato reforça, ainda mais, a necessidade dessas mulheres se organizarem em redes de apoio que podem ser configuradas como cooperativas e associações ou até mesmo em grupos de convivência social que buscam fortalecer a sua participação e influência no processo de produção, possibilitando trocas de experiências, conhecimentos e estratégias de comercialização, permitindo uma maior autonomia econômica e a geração de renda.

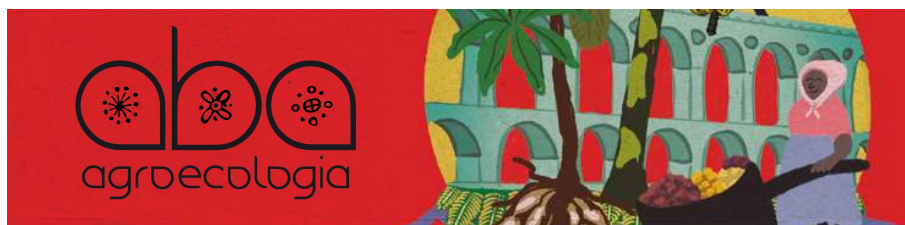
Metodologia

Este estudo é fruto de pesquisa bibliográfica conduzida de acordo com as normas expressas por Gil (2011) acerca da presença feminina na agroecologia, citando projetos que estimulem a integração do saber feminino, para isso foi selecionado o Coletivo Marias Vão Com as Outras Sim e o ATER-Mulher como exemplos de um programa de iniciativa civil e um de iniciativa pública, respectivamente. Buscou-se saber a respeito do impacto trazido pelas conexões institucionais de educação, parcerias comerciais e de quais formas elas se encaixavam no contexto da iniciativa em questão.

Com base nas informações encontradas nos artigos selecionados e em fontes de dados quantitativos foi possível realizar uma síntese, expressa no presente trabalho como reflexões acerca do quanto a figura feminina está ativa nas decisões e como os meios de convívio como os citados anteriormente, criados com a missão de integrar interesses em comum, impactam sobre o cotidiano dos indivíduos inseridos neste contexto, incluindo a identificação de desafios, contribuições e benefícios associados à ação das mulheres nesse setor.

Resultados e Discussão

A agroecologia encontra bastante resistência no âmbito social devido as investidas do agronegócio tradicional que não contribuem para o crescimento e expansão do pequeno produtor, no entanto novas tendências de consumo têm estimulado um estilo de “alimentação consciente”, onde se busca mais qualidade no consumo de alimentos naturais e despertado o interesse no contexto de produção. Esse fato é reforçado com dados do Censo Agropecuário de 2017, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmando que a renda proveniente da agricultura familiar alcançou a marca de 106,5 bilhões de reais,



representando aproximadamente 23% do montante total, o que torna evidente a importância deste movimento para a geração de receita no país.

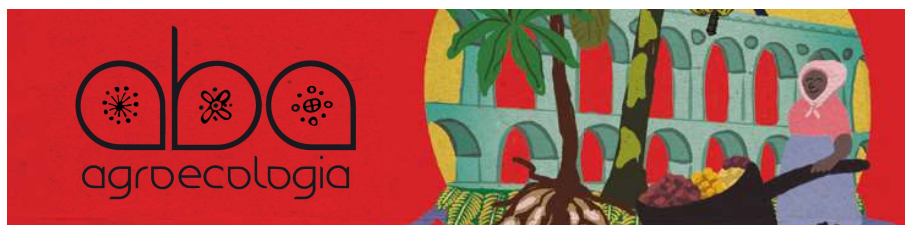
Conforme proposto Sevilla Guzmán (2001), atuação da mulher na agroecologia começa na agricultura familiar, sendo nas atividades produtivas ou não produtivas, agrícolas ou não-agrícolas, muito embora seu trabalho possa não ser reconhecido ou contabilizado na lógica mercantil que rege os mercados formais, assim, os espaços ocupados por mulheres são menosprezados. De maneira prática, nos quintais florestais, que são vistos como extensões do lar pois não geram riquezas, somente produzem para o autoconsumo.

Diante do exposto, faz-se importante apresentar dados baseados em pesquisas da ONU (2017) afirmando que existem 559 milhões de mulheres que são pequenas agricultoras em todo o mundo. No Brasil, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Agricultura, há 947 mil propriedades rurais que são coordenadas por mulheres, representando aproximadamente 19% das propriedades rurais no país. Desse modo é possível notar que a atuação feminina tem ganhado força e se tornado cada vez mais expressiva, ainda mais quando se considera as dimensões continentais do país.

De acordo com esse quadro, torna-se necessário evidenciar que alguns fatores relacionados com os desafios e desigualdades enfrentados, como a falta de acesso à terra, crédito e tecnologias apropriadas dificultam este processo, por exemplo no âmbito operacional onde ocorre principalmente a dificuldade de escoamento refletindo no financeiro, onde há percalços na comercialização, visto que o preço dos produtos 100% orgânicos são ligeiramente maiores se comparados aos produtos comercializados pelos grandes produtores, apesar dos governos se mobilizarem de forma a garantir a compra total ou parcial da produção dos pequenos produtores e mão de obra eficaz (RABELLO, 2014).

Como forma de contornar tais problemas são criadas organizações que reúnem mulheres ligadas à produção agrícola, dando suporte nas mais diversas áreas. A exemplo disso é possível citar o Coletivo Marias Vão Com as Outras Sim, também conhecido por Projeto Vem Viver Agroecologia, situado em Sarzedo, em Minas Gerais. Possui atuação na produção vegetal livre de adubos químicos e defensivos agrícolas e promovem a venda de seus produtos nas feiras locais e para institutos de economia solidária. Além disso, contam com o suporte de importantes parcerias com a Emater, a UFMG, o instituto SENAR, bancos e entre outros órgãos que viabilizam os esforços voltados para a olericultura orgânica.

No ano seguinte à concretização do PNAE e na direção do fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, foi estabelecida pela lei 12.188 de 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER), tendo como principal objetivo que os serviços de ATER incrementarem a renda e constituíssem melhoria na qualidade de vida das famílias e comunidades rurais,



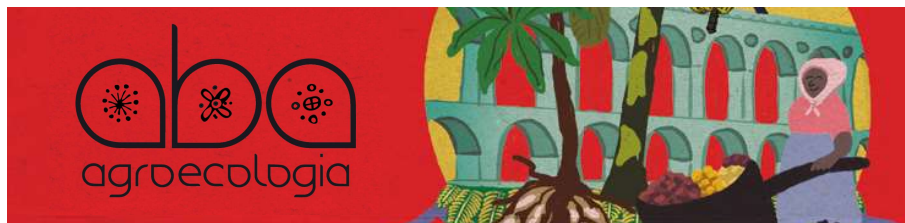
através da melhoria dos sistemas de produção, de acesso a recursos e serviços de renda de forma sustentável.

Dito isso, o Programa de ATER do Governo Federal, liderado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário exerce um papel fundamental em prol do protagonismo das mulheres no ambiente rural através do ATER Mulher, pois suas ações de formação e orientação técnica contribuem para a evolução da produção das mulheres rurais, levando em conta o papel histórico destas na produção de alimentos saudáveis, no cuidado dos pequenos animais, na preservação das sementes crioulas e do saber popular (BRASIL, 2014).

Partindo dessa premissa é possível inferir que a atuação das mulheres vai muito além da produção agrícola, visto que elas desempenham um papel fundamental na consolidação da segurança alimentar, da educação ambiental e em atividades de gerenciamento financeiro aliadas à liderança de equipes, fazendo com que isso reflita na promoção de relações sociais equitativas no campo. Dentro desse cenário que, segundo Butto (2014), o posicionamento das mulheres no centro do modelo de produção agroecológico acaba por impulsionar sua importância nesses sistemas, assim como proporcionar mudanças comportamentais na dimensão produtiva e no conjunto com a comunidade, a possibilidade de maior participação em atividades que sejam diferentes das relacionadas aos afazeres domésticos, sejam eles feiras, cursos ou oficinas e também o incremento da renda obtida pelas mulheres com sua produção.

Como consequência da adesão a organizações desta natureza nota-se um aumento da participação das mulheres no segmento de produção agrícola dentro do contexto da agricultura familiar onde, segundo estudo realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG (2019), aproximadamente 59% são proprietárias ou sócias dos negócios, 30% ocupam posições de direção, e 10% são funcionárias da área. Além disso, cerca de 57% estão ativamente engajadas em sindicatos, entidades e associações rurais. Mesmo com tantos desafios conhecidos e já citados nesta análise cumpre evidenciar que adesão a este tipo de associação favorece a capacidade de articulação adquirida na convivência, contribuindo para fortalecer um movimento inspirador que constitui uma agricultura mais justa e sustentável. O estímulo à liderança promovido por tais ferramentas refletem em significativos efeitos, entre eles maiores taxas de sucessão de mulheres em negócios familiares, menor tempo para alcançar progressões de cargos e alcance de melhor remuneração.

Após expor todas os benefícios de tais modelos de programas é possível afirmar que é de total importância social, cultural e econômica que tanto a iniciativa pública quanto a privada estimulem e apoiem estas ações que claramente refletem em um enriquecimento da atuação feminina em campo e possibilitem o seu posicionamento tanto em quantidade quanto em qualidade no cenário comercial, principalmente o que se relaciona com a agricultura familiar sendo possível moldar o futuro do país de forma positiva mostrando que o Brasil é forte no agro não somente para o padrão



exportação mas também para o abastecimento interno e com equidade entre os gêneros.

Conclusões

Cumpre evidenciar que, mesmo com tantos desafios conhecidos e já citados nesta análise, a adesão associações, cooperativas e grupos de convívio voltados para o desenvolvimento feminino favorece a capacidade de articulação adquirida na convivência, contribuindo para fortalecer um movimento inspirador que constitui uma agricultura mais justa e sustentável. Faz-se oportuno, portanto, afirmar que o estímulo à liderança promovido por tais ferramentas refletem em significativos efeitos, entre eles maior autonomia, aumento de taxas de sucessão geracional de mulheres em negócios familiares, menor tempo para alcançar progressões de cargos e alcance de melhor remuneração. Torna-se fundamental aprofundar pesquisas a respeito do impacto causado por esses movimentos, gerando diálogos que podem moldar novas formas de estabelecer a independência da mulher rural.

Referências bibliográficas

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. **Artigos ABAG**. Disponível em: <www.abag.com.br>. Acesso em fev. 2023.

ALTIERI, Miguel A. et al. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para as Mulheres Rurais**. – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, 2014

BUTTO, Andrea et al. **Mulheres rurais e autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2014. 132 p.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2023.



ONU –

Organização das Nações Unidas – **Artigo: A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**, 2017. Disponível em: <[www. /brasil.un.org](http://www.brasil.un.org)>. Acesso em fev. 2023.

RABELLO, D. **Desafios para a Agroecologia: as dificuldades da mudança do modelo produtivo**. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], 2014. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2887>>. Acesso em fev. 2023.

ROSSET, P.M. and ALTIERI, M.A. **Agroecology Science and Politics**. Rugby, UK: Practical Action Publishing, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3362/9781780449944>>. Acesso em fev. 2023.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.